



200

200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA.  
**A INDÚSTRIA E O  
FUTURO DO BRASIL.**



Confederação Nacional da Indústria  
**PELO FUTURO DA INDÚSTRIA**



DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL

# AS MÚLTIPLAS INDEPENDÊNCIAS DO BRASIL: EMANCIPAÇÃO COMO PROCESSO DE AUTONOMIA<sup>1</sup>



## Lilia Schwarcz

*Historiadora, antropóloga e professora da Universidade de São Paulo (USP) e da Princeton University (Estados Unidos). É autora, entre outros, dos livros "As barbas do imperador", "Lima Barreto: triste visionário", "Brasil: uma biografia" (escrito em conjunto com a também historiadora Heloisa Starling) e "O sequestro da Independência" (escrito em parceria com Lúcia Stumpf e Carlos Lima Jr.)*

Muitas vezes tomamos efemérides como dias feriados para celebração, não como momentos para reflexão crítica acerca do passado e do futuro. O bicentenário da Independência do Brasil é, porém, um bom pretexto para refletirmos sobre qual independência e emancipação política, econômica e cultural queremos comemorar. Eu sugiro alguns temas que se reiteram teimosamente na pauta do passado e do presente do país: desigualdade, escravidão, racismo, patrimonialismo e violência são questões recorrentes no debate nacional.

---

<sup>1</sup> (Nota da autora). Esse texto é fruto de uma palestra. Por isso mantém os sinais de oralidade. Destaco também que nessa fala foram apresentadas muitas imagens, que são aqui citadas, mas não apresentadas. A saída será procurar essas obras na internet e assim melhor acompanhar a reflexão.

Este ano de 2022 marca, ainda, o centenário da *Semana de Arte Moderna* de 1922 e este é um momento oportuno para pensarmos, também, no que se convencionou chamar de modernismo brasileiro. Vale destacar, na contramão, que nosso modernismo combinou atraso com vanguarda, bem como sublinhar a ideia de que o modernismo não foi apenas paulista; foi na verdade um movimento muito mais amplo, plural e nacional. Aliás, a imagem que virou oficial acerca da Semana de 22 foi produzida em 1924, o que mostra que ela foi manipulada *a posteriori*. Seu perfil indica um grupo masculino e branco, embora haja toda uma polêmica (vazia, no meu entender) sobre a cor de Mário de Andrade. Uma tela recente do artista plástico carioca *Daniel Lannes*, chamada "*Dezessete Homens e Um Segredo*", ou "*Os Modernistas*", brinca, porém, com a foto de 1924. Não há mulheres nela – sendo que várias participaram do Movimento – nem tampouco negros. Outra significativa tela atual, do artista negro contemporâneo conhecido como *O Bastardo*, também fluminense, escancara a incompletude: ele explica que ainda vai preenchê-la com aqueles que deveriam, mas não estiveram presentes na Semana de 22.

Neste ano de 2022 completamos, ainda, 100 anos da morte do escritor *Lima Barreto*, um dos mais

importantes escritores brasileiros de todos os tempos. Como sabemos, ele, que era negro, não foi convidado para a festa modernista, embora o então jovem escritor Sérgio Buarque de Holanda o tenha chamado para fazer uma resenha da *Klaxon*, a revista dos modernistas paulistanos. O escritor não gostou da publicação, desconfiou do nome, escreveu que a *Klaxon* lembrava a buzina de um carro e que os paulistas estavam com mania de vanguarda futurista. Faleceu pouco depois, naquele mesmo ano, e quem sabe tenha ficado de fora do cânone modernista por causa de sua crítica.

Estou chamando atenção para o fato, portanto, de que este ano de 2022 carrega, também, outros fantasmas, outras efemérides. O bicentenário da Independência, sobretudo, vem sendo acompanhado por uma série de batalhas narrativas, disputas visuais e a lenda de uma "independência pacífica" às margens do Ipiranga. Esse é o mito do Sete de Setembro e da proeminência de um príncipe português e seu protagonismo. São versões criadas a partir de uma historiografia oficial que tentou imprimir determinado padrão à emancipação brasileira: ordem, unificação, proeminência monárquica e ausência do povo. Nada disso é exatamente verdade.

## GUERRA DE NARRATIVAS<sup>2</sup>

Sabemos, porém, que existiram várias independências brasileiras, e a que narramos com mais frequência é o modelo consagrado pelo tempo de uma independência conservadora, feita pelas elites agrárias do sudeste do país, que criaram uma monarquia cercada de repúblicas por todos os lados. A primeira imagem que se conhece sobre o evento, foi criada próximo do momento da Independência de 1822. Ela mostra Pedro I chegando ao Rio de Janeiro, onde seria aclamado. Pintada pelo pintor francês *Jean-Baptiste Debret*, essa pintura seria acompanhada por outras que guardam o mesmo sentido, anotando a aclamação do imperador como o momento simbólico da emancipação política. O próprio *Debret* fez uma tela em 1828, acerca da sagração e da coroação de D. Pedro. Ela é totalmente construída a partir de um imaginário austríaco, porque, naquele momento, essa era a monarquia mais importante. A tela, pois, não era um plágio, era uma citação; ao comparar a independência brasileira com a austríaca, elevava

---

<sup>2</sup> As imagens e parte das ideias que aqui desenvolvo podem ser encontradas no livro "*O sequestro da Independência: a construção histórica do mito do Sete de Setembro*" (Companhia das Letras, 2022), escrito em coautoria com Carlos Lima Jr. e Lúcia Stumpf.

a primeira e procurava mostrar sua “universalidade”, e não a particularidade da situação brasileira.

Uma das imagens que mais conhecemos é ainda mais tardia. Ela foi feita em 1844 por outro pintor francês, *François-René Moreaux*, que tinha acabado de chegar ao Brasil naquela ocasião e, portanto, mal conhecia o país e os brasileiros. Ele elaborou, então, um retrato de independência com uma clara inspiração europeia, no qual o povo que aparece na tela é basicamente napolitano. Colocou apenas palmeiras na paisagem, ao fundo, para lembrar um país, e usou um retrato conhecido do imperador, mas em claro desequilíbrio com o tronco e o lado em que vira o cavalo. O “povo” que aparece na pintura é também muito europeu, pouco lembrando os brasileiros e as brasileiras. O fato é que a tela chamou mais atenção, já na época, por sua pouca qualidade. Foi só no século XX que começou a entrar na imaginação dos brasileiros.

Sobretudo a partir do Segundo Reinado, foi sendo construída a versão de uma independência ordeira, palaciana e sudestina. Era uma independência que não lembrava os conflitos ocorridos na Bahia e no Maranhão, ou as guerras encetadas no Piauí, que causaram centenas de vítimas. Também não se destacavam outros protagonismos, para além dos homens brancos europeus. A imagem

da independência foi ficando assim muito colonial, europeia, pouco inclusiva – uma representação escolhida e construída a partir da visão da monarquia.

Outros monumentos também ganharam espaço nesse contexto, tentando difundir a imagem de uma realeza protagonista, que seria a única condutora dos destinos do país. O monumento criado em 1862 por *Louis Roche* – famoso escultor, também francês, autor de uma série de esculturas ainda existentes em Paris – mostra como a imagem oficial da Independência foi sendo vinculada a outro mito nacional: a democracia racial. Toda a representação destaca o protagonismo do monarca Pedro I. Na base da escultura aparecem apenas indígenas, não populações negras, sistematicamente eliminadas das representações elaboradas no Segundo Reinado, que procurou não se associar à questão da escravidão.

Contudo, a imagem que mais se colou ao nosso imaginário e virou uma espécie de documento da Independência é a icônica pintura “Independência ou Morte” (também conhecida como “O grito do Ipiranga”), de autoria do pintor brasileiro *Pedro Américo*. A imagem tem uma história no mínimo aventureira: foi encomendada por D. Pedro II e pela Comissão do Ipiranga em 1885, mas chegou ao Brasil apenas em meados de 1888. Com o novo regime, a

República, instalado no país em 1889, não pôde ser inaugurada no Museu do Ipiranga, que homenageava justamente a Monarquia.

Durante um longo tempo, a tela ficou enrolada nos porões da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. Apenas circulou em branco e preto, pois fora fotografada pelo próprio artista, ainda em Florença. Mesmo assim, ganhou o imaginário nacional, como se fosse a verdade visual da Independência – o que não é. Ela é expressamente inspirada em outro quadro francês, do pintor *Ernest Meissonier*, que colocou Napoleão Bonaparte no centro da paisagem, em um cavalo branco. Não é uma fraude, tampouco um plágio, porque, nas pinturas acadêmicas, esse tipo de “citação” era absolutamente usual e estimulado – e o próprio Pedro Américo, em livro que publicou ainda em 1888, menciona a obra do francês.

De toda maneira, como uma tela comissionada, Pedro Américo visava immortalizar a independência e criar uma espécie de imagem-símbolo daquele momento histórico. Pretendia transformar, também, o Sete de Setembro em um ato de poucos, com o protagonismo do príncipe. Colocava, assim, o povo em reduzido número, à esquerda da tela, sempre de forma passiva e apenas nas figuras de um tropeiro e de um homem negro ao fundo – num tamanho muito pequeno. O pintor, aliás, sabia que

D. Pedro não viajava em um cavalo, porque, na época, as longas viagens eram vencidas no lombo de mula, mas afirmou em sua obra que era preciso dignificar o monarca em um cavalo e não num burro. Por isso coloca o povo levando produtos numa mula e o monarca num garboso equino.

Nessa representação acadêmica, o povo vai sendo colocado, sobretudo o povo negro, em posições secundárias de trabalhadores subalternos, quando na verdade teve participação forte em várias partes do país. Hoje sabemos que existiam rascunhos da tela, recusados pela Comissão do Ipiranga, em que combatentes negros saudavam o ato de emancipação bem no primeiro plano, mas nada disso ficou para a história ou vingou no tempo.

Outras imagens da época mostram também como a região onde o príncipe Pedro recebeu as famosas cartas de José Bonifácio e Maria Leopoldina era plana, mas Pedro Américo resolveu “mudar a geografia”. Era preciso elevar o local e, assim, a cena também. De toda maneira, a partir de tantos detalhes significativos, percebe-se a própria eficácia simbólica do poder político ou a eficácia política do poder simbólico. O certo é que o resultado final da tela tira o povo da representação oficial e deixa o protagonismo apenas para o príncipe – e para a monarquia. Essa situação tenderia, inclusive, a se radicalizar,

sobretudo no começo da República. Em uma pintura de *Benedito Calixto*, um dos maiores expoentes da pintura brasileira do início do século XX, pode-se ver D. Pedro em primeiro plano, não com roupas de monarca; ele aparece como um monarca mais civil, tendo São Paulo ao fundo.

Definitivamente, a tela “Independência ou Morte” representava e era entendida como o símbolo da “lenda pacífica, monárquica e sudestina” da independência: nada de povo, nada de Nordeste, nada de brasileiros.

## A INDEPENDÊNCIA SEQUESTRADA

Em 1922 – ano do primeiro centenário –, São Paulo, que então já era um estado rico e poderoso, promove mais um sequestro do imaginário da Independência do Brasil. A proeminência do evento do Ipiranga passa a ser muito destacada. É impressionante como a inauguração do Museu Paulista e da tela de Pedro Américo coincidem para destacar o papel de São Paulo, e não do Rio de Janeiro, na realização da emancipação brasileira. Mais uma vez, não se evidencia o papel da população, nem a desconfiança que a Independência brasileira suscitou nos outros países das Américas com vocação republicana e presidencialista, desde os primeiros

anos do século XIX. Essa era uma versão paulista da autonomia brasileira, como se ela tivesse se dado, literal e metaforicamente, a partir do Ipiranga.

Entretanto, podemos falar de outros sequestros. Em 1972, no sesquicentenário da Independência, novamente a tela de Pedro Américo estaria em primeiro plano, mas sem referência, sem registro e sem autoria. A tela ia virando, claramente, um documento visual do Brasil e, portanto, não precisava mais de referências de tempo, lugar ou autoria. Particularmente durante o regime militar, podemos ver a construção de um novo sequestro dessa imagem oficial. A ditadura tratara a emancipação e a independência como uma espécie de “golpe militar” legal, para que a ordem fosse finalmente restituída. Era preciso justificar um golpe para que os brasileiros chegassem à emancipação.

Esse uso ideológico e militar da tela ficaria, também, muito claro no filme “*Independência ou Morte*”, lançado em 1972, que tinha como protagonistas Tarcísio Meira (no papel de D. Pedro I) e Glória Menezes (no papel da Marquesa de Santos). Nele, a tela de Pedro Américo se transforma em uma espécie de “documento verídico”, cuja bilheteria seria apoiada pela ditadura, que distribuiu ingressos para as escolas públicas. Na película, um D. Pedro másculo e excessivamente uniformizado lembra os generais

do presente. Enquanto a ditadura torturava, sequestrava e fazia sumir brasileiros, festejava o 7 de setembro como se fosse uma forma de apaziguamento – um desfile militar e não cívico.

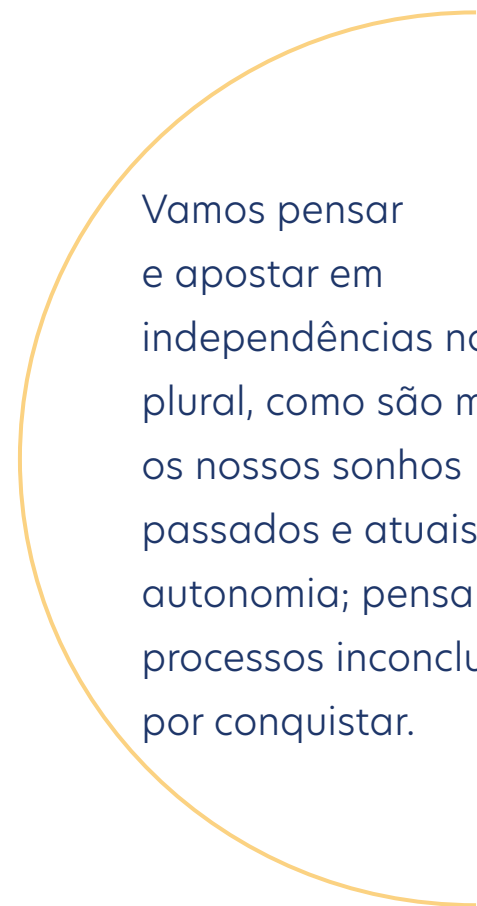
Por sua vez, a pintura de Pedro Américo se transforma em uma “foto da realidade do passado” ou, então, numa alusão, num pedaço de imaginação, que se prende à memória dos brasileiros, tanto que, com o tempo, a obra seria apropriada em muitas chaves diferentes. Em charges, pinturas realizadas por artistas negros, indígenas e contemporâneos de uma maneira geral, ela vai virando “bandeira” para muitas lutas por direitos.

Já por parte do atual governo brasileiro, a celebração do bicentenário da Independência começou em 2021, com um desfile militar e uma série de discursos de ataque às instituições democráticas por parte do presidente da República. Trata-se de um novo sequestro, com a Independência dando ensejo a uma disputa de narrativas e à justificativa de uma “espécie de golpe militar necessário”, aclamado como se fosse um “golpe da legalidade” – o que, com certeza, não é!

São muitas as independências que devemos e podemos festejar agora em 2022. Deveríamos falar de heroínas, protagonistas mulheres, esquecidas da história da nossa Independência, como: *Maria Quitéria*,

que lutou no exército brasileiro baiano a favor da Independência; *Maria Felipa*, que conteve o exército português na Bahia, enganando os soldados locais; *Joana Angélica*, uma religiosa brasileira considerada mártir da Independência, morta em 19 de fevereiro de 1822 ao tentar impedir que soldados invadissem o Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, localizado na capital baiana. Ou, então, dos vários protagonistas negros da nossa Independência, como *Alufá Rufino*, que, conforme narram os historiadores João José Reis, Flávio dos Santos Gomes e Marcos J. M. de Carvalho – no livro *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Norte* –, foi um escravizado africano que, após conseguir sua alforria no Brasil, tornou-se cozinheiro assalariado de navios negreiros e, na maturidade, já em Recife, alcançou o posto de alufá, guia espiritual da comunidade de negros muçulmanos.

Também deveríamos celebrar outras independências, certamente não tão pacíficas, como as que ocorreram em outras províncias do Nordeste. Isso porque a independência é um processo, e não uma data fixa. A nossa começou muito antes, com as conjurações mineiras e baianas, com a Revolução Pernambucana de 1817 e com as lutas que ocorreram na Bahia, no Maranhão e no Piauí. Ela também não foi concluída em 1822. Precisamos lembrar da grande Confederação do Equador de 1824,



Vamos pensar e apostar em independências no plural, como são muitos os nossos sonhos passados e atuais por autonomia; pensar em processos inconclusos e por conquistar.

que uniu todas as então províncias do Nordeste a favor de uma emancipação verdadeira e mais abrangente – e não um acordo mais conservador e das elites do Sudeste. Também podemos evocar a grande revolta muçulmana dos Malês, de 1835, que tomou as ruas de Salvador e pediu por outra independência, que incluísse a necessária abolição da escravidão.

Enfim, vamos pensar e apostar em independências no plural, como são muitos os nossos sonhos passados e atuais por autonomia; pensar em processos inconclusos e por conquistar.

É hora de contar cada vez mais com nossa cidadania vigilante, para projetar o futuro e explorar de uma maneira virtuosa os desafios que temos pela frente; fazer do passado um exercício de reflexão e de inflexão, para poder pensar nosso futuro com mais grandeza, de maneira inclusiva, mais democrática, plural e republicana.

## O DEVER DA CIDADANIA

Como fazer da efeméride um momento em que a comunidade se emociona, conjuntamente, e imagina projetar seu futuro? Como pensar na efeméride de forma crítica e reflexiva? Neste ano, em que se completam os 200 anos da Independência do Brasil, convém ressaltarmos alguns avanços: cumprimos uma década das políticas de afirmação positiva, que mudaram o perfil étnico da universidade pública. Desde 2021, temos mais alunos pretos e pardos (segundo termos do IBGE) do que alunos brancos, o que é muito importante no país em que estes correspondem a apenas 56,4% da nossa população. No entanto, neste mesmo ano, o desemprego no país chega a mais de 15 milhões de pessoas, em meio a uma grave crise na saúde, na educação, na segurança e em nossos padrões habitacionais. É um momento em que a crise não é só econômica, não só política, não só na área da saúde e do meio ambiente, mas é também moral e representa um claro retrocesso civilizatório.

Pesquisas mostram que, mesmo diante desse cenário de terra arrasada, milhares de jovens brasileiros, habilitados a votar nas eleições de 2022, deverão abrir mão de fazê-lo.

Renegam a política, como se isso não tivesse nada a ver com eles. Esquecem-se de que política não deveria ser coisa apenas para políticos. Outros, ao contrário, não abrem mão desta que é a única arma da democracia: o voto cidadão. Cidadania ativa é nossa melhor aposta se queremos repactuar a democracia no Brasil. Política deveria ser entendida como a arte de criar consensos e de lutar pelo bem comum e, também, como a arte da defesa dos direitos à diferença – direitos que também implicam deveres.

É hora de contar cada vez mais com nossa cidadania vigilante, para projetar o futuro e explorar de uma maneira virtuosa os desafios que temos pela frente; fazer do passado um exercício de reflexão e de inflexão, para poder pensar nosso futuro com mais grandeza, de maneira inclusiva, mais democrática, plural e republicana. O termo crise, na sua origem etimológica, quer dizer decisão. O momento é grave e pede nossa participação cívica, patriótica, não na base da patriotada, mas na base do pensamento cívico, crítico e proativo. Que a independência como efeméride dê lugar à reflexão e à força para mudar, sempre para a frente e para melhor. E que estejamos sempre de olhos bem abertos para os nossos desafios e para o aprimoramento da democracia no país.



## INDEPENDÊNCIA, BARREIRA E ATOLEIRO

A historiadora **Lilia Schwarcz** nos traz a ideia de que a Independência – sua imagem, conceito e sentimento – foi sequestrada pelas elites, tratando o povo como simples expectador do gesto e da palavra do novo monarca e, depois, dos representantes da elite econômica e social. A partir de pinturas que simbolizam o que seria o momento da Independência, com o famoso grito do então príncipe regente virando imperador, ela mostra como a historiografia sequestra a narrativa dos fatos para servir à elite e a seus interesses.

A narrativa usada passa a ideia de que a Independência foi um golpe militar liderado por um monarca e alguns brancos ao seu lado, para colocar ordem nos negócios da colônia, cortando seus laços com a metrópole. A história contada nega o papel de rebeliões comandadas ao longo de décadas por brancos, negros e índios, inspirados na Revolução Francesa e nas independências norte-americana e dos países latino-americanos. A professora Lilia lembra que a efeméride deveria ser entendida como um momento do processo pelo qual o povo é um ator ativo.

A visão do golpe se consolidou no imaginário nacional, trazendo inclusive o orgulho de que fizemos uma independência pacífica, ocultando que ela foi incompleta e não tão pacífica assim. Valorizamos o mítico grito “Independência ou Morte” como vitória da nossa nação independente, esquecendo o recado do monarca português, antes de partir de volta à metrópole, ao seu filho: “Antes que algum aventureiro se adiante, melhor que tu faças a independência”. Daí a Independência que mantém a mesma elite no poder, o mesmo sangue na linhagem, os mesmos valores e interesses das elites dirigentes.

Muito foi feito ao longo dos últimos 200 anos para consolidar o novo país, mas ele foi sequestrado pelos interesses da minoria privilegiada: no começo, apenas os nobres, comerciantes e alguns intelectuais ao lado do imperador; com o tempo e a República, aumentou o tamanho da corte, incluindo categorias assalariadas, mas sem quebrar a divisão entre a elite e o povo, chamado agora de “povão”, para permitir chamar de “povo” a minoria que concentra a renda, o patrimônio, os privilégios e o conhecimento.

O imperador sequestrou a Independência, as elites intelectuais, empresariais, sindicais, militares e os políticos sequestraram a República, que ficou prisioneira dos grupos corporativos e do imediato, barrando a transformação do país em uma nação dinâmica, confiável, eficiente, justa, rica, segura, sem pobreza e sustentável. A nação foi sequestrada, sobretudo, pela negação de educação de qualidade ao povo e até mesmo à elite, porque um povo deseducado é um povo sequestrado, que jamais será livre, nem republicano.

O resultado é que, apesar dos imensos avanços conquistados ao longo dos últimos dois séculos, o bicentenário da Independência nos coloca diante de uma barreira estagnante no rumo do progresso, e de um atoleiro político que dificulta a coesão do povo.



9 788579 573200 >



Confederação Nacional da Indústria  
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA